

CONSCIÊNCIA NEGRA

memória, luta e resistência





CONSCIÊNCIA NEGRA

memória, luta e resistência

Cartilha de Negritude do PSOL na Câmara
Novembro de 2021



EXPEDIENTE

**PRODUÇÃO**

Bancada do PSOL na Câmara

AUTORES

Áurea Carolina
David Miranda
Deise Benedito
Jane Barros
Linna Ramos
Renata Moara
Talíria Petrone
Vivi Reis

REVISÃO

Leonor Costa
Madu Krasny
Mariane Andrade

**PROJETO GRÁFICO E
DIAGRAMAÇÃO**

Erick Andrade

LIDERANÇA DO PSOL

Câmara dos Deputados
Anexo II, Piso Superior, Ala C,
Sala 116

3215 9836
lid.psol@camara.leg.br
psolnacamara.org.br

SUMÁRIO

**5 A GENTE COMBINAMOS DE
NÃO MORRER**

**7 SAÚDE E POPULAÇÃO
NEGRA**

**9 A CULTURA NEGRA É
EXISTÊNCIA**

**11 NOSSOS CORPOS
RESISTEM**

**13 EDUCAÇÃO PARA
TRANSGREDIR**

**15 ANTIRRACISMO EM
MOVIMENTO: ONDE AS
LUTAS NEGRAS E
INDÍGENAS SE
ENCONTRAM**

**17 SEMPRE FOI EXU:
ESPIRITUALIDADE NEGRA
E LUTA POR DEMOCRACIA
NO BRASIL**

**19 MULHERES NEGRAS
MUDAM A SOCIEDADE**

21 POSTER

**23 INICIATIVAS DA
BANCADA DO PSOL NA
CÂMARA**

Apresentação

Ainda se ouve no Brasil os ecos da colonização portuguesa que se deu através do extermínio dos povos indígenas e da exploração da força de trabalho africana. São chagas na sociedade brasileira que não cicatrizam.

O movimento negro se organizou desde o interior dos navios negreiros, atravessou a ditadura militar e busca, de forma incansável, incorporar as suas reivindicações na Constituição de 1988, entre elas, a punição exemplar aos crimes de racismo e injúria racial.

O maior desafio imposto pelo Brasil é o enfrentamento ao racismo estrutural e institucional. Esta publicação apresenta pontos fundamentais de parte da luta incessante contra as consequências dos mais de cinco séculos dessa opressão na nossa sociedade.

Passa por enfrentar o racismo caracterizado pela violência perpetrada pelos agentes do Estado. A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no país, segundo o Mapa da Violência. Somam-se a isso as agressões contra a população LGBTQIA+ negra, o encarceramento em massa de homens e mulheres negras, aumentado ainda mais pelo uso do reconhecimento

facial, a intolerância religiosa e o massacre aos adeptos às religiões de matriz africana. O perfil das vítimas de violência não muda, continua sendo o jovem negro e pobre.

Passa por romper a predominante sub-representação de negros e negras no mercado de trabalho, em especial nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, principalmente nos altos escalões, além da prevalência do subemprego. Um cenário que é agravado quando a personagem é a mulher negra.

Passa por cobrar avanços na legislação no sentido de proteção à população negra, principalmente se considerarmos que a política brasileira é majoritariamente branca. Destaques positivos são as Leis 7.716/1989 (crime de racismo), 12.711/2012 (cotas nas universidades e instituições federais) e a Lei 10.639/03 (ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas).

Passa em promover agendas inovadoras como a participação do Brasil, em 2001, da Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, em Durban, na África do Sul, quando foram

Vidas Negras Importam

estabelecidas a Declaração e o Programa de Ação de Durban, documentos que instituem a ação da comunidade internacional para o combate de todas as formas de racismo e discriminação racial.

Passa por parlamentares negras e negros da bancada do PSOL nas Casas Legislativas do país.

Um importante passo é reconhecer que o racismo existe, que precisa ser enfrentado e que sua naturalização contribui para a perpetuação. A luta contra a discriminação racial não deve ser uma pauta exclusiva do movimento negro, mas defendida por aqueles que almejam por uma sociedade justa e igualitária.

Vamos enegrecer nossas vidas e ações!
Resistir para existir!



A gente ‘combinamos’ de não morrer!*

por **Talíria Petrone**

Vivenciamos, sem dúvidas, uma grave crise sanitária, nunca antes vista pelas gerações vivas. Estamos com mais de 600 mil mortos pela Covid-19. Diferentemente da maioria dos países do mundo, junto com a pandemia, temos que enfrentar um governo negacionista que não se preocupa com vacina, comida para os mais pobres e bem-estar da população. Quem mais sofre são as mulheres negras, faveladas e periféricas.

A pandemia, somada às políticas de austeridade, é um cenário de morte, sobretudo para corpos negros, pobres, periféricos, mas continuamos resistindo. Como bem aponta o filósofo e advogado Silvio Almeida, “a austeridade é racista e isso se adensou com a Covid-19”.

Percebe-se que mesmo durante a pandemia no Brasil, a mortalidade de mulheres negras foi maior que qualquer outro grupo social. Inequívoco exemplo foi uma das primeiras mortes pelo coronavírus anuncias, a de uma trabalhadora doméstica negra de 63 anos – emblemático e que

veio a confirmar quais seriam os setores mais vulneráveis da sociedade ao longo da crise sanitária.

Outro dado importante é que houve um aumento do encarceramento, mesmo com as regras de distanciamento social e isolamento. É factual que mais corpos pretos são presos. Cerca de 63,7% da população carcerária brasileira é formada por negros e muitos presos nem sequer foram julgados, conforme levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), de 2017.

No Brasil, os dados de segurança pública insistem em demonstrar o alto índice de ações letais da polícia, que na maioria das vezes acontecem nas favelas e periferias. E matam corpos pretos. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), “Em 2020, o país atingiu o maior número de mortes em decorrência de intervenções policiais (MDIP) desde que o indicador passou a ser monitorado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública”. Foram 6.416 vítimas fatais com 17,6 mortes por dia.

Não são apenas estatísticas, mas vidas. Pessoas vítimas no Rio de Janeiro, como as da chacina do Jacarezinho; e também as que atendem pelos nomes de Kathlen Romeu, Marcus, João Pedro; entre outros casos emblemáticos que continuam a acontecer.

A história do Brasil prova que combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer.

Na Câmara federal, apresentamos o Projeto de Lei 3873/2019, o "PL Marcus Vinícius", em defesa da vida, pelo direito ao futuro, que cria mecanismos para a redução da violência letal contra crianças, adolescentes e jovens. Marcos Vinícius, adolescente de 14 anos, foi morto uniformizado e a caminho da escola durante uma violenta operação policial na favela da Maré, no Rio.

Estes casos reforçam o racismo estrutural, que faz com que toda a igualdade de direitos impetrada pela Constituição Brasileira de 1988, na prática, nos seja negada historicamente.

A negação de direitos à população negra faz parte da história. A Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837, por exemplo, determinava que eram "(...) proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas.

Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos". A restrição à educação foi acompanhada à limitação de acesso a terras, direitos civis, dentre outros. A Lei 601, de 18 de setembro de 1850, reforçava que mesmo antes da "libertação da escravatura em 1888" foram proibidas a posse de terra que não fosse por compra.

A história do Brasil prova que - parafraseando Conceição Evaristo - combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer. Persistiremos pela superação de uma sociedade que tem o racismo como eixo estrutural e mecanismo como chave de funcionamento. Continuaremos sendo resistência na luta por um mundo que nos caiba!

* O título do artigo faz referência ao conto da escritora Conceição Evaristo, "A gente combinamos de não morrer", parte da obra Olhos d'Água (Editora Pallas, 2016)



TALÍRIA PETRONE É PROFESSORA DE HISTÓRIA E DEPUTADA FEDERAL PELO PSOL RJ.

Saúde e população negra

por **Vivi Reis**

A pandemia de Covid-19 dizimou mais de 600 mil vidas somente no Brasil, o que nos coloca em segundo lugar no ranking global de mortes, atrás somente do Estados Unidos (755 mil). No mundo, foram mais de 5,06 milhões de mortes desde que a Organização Mundial da Saúde lançou o alerta sobre a Covid-19.

Sabemos que o vírus consegue se propagar com maior facilidade em condições específicas de saneamento e cuidados de saúde, fazendo com que uma parcela significativa seja representada por pessoas pobres, negras e periféricas, o que escancara as desigualdades e as necessidades de saúde das populações mais vulneráveis.

Dentre os grupos de maior vulnerabilidade, destacam-se as mulheres negras, as que foram e continuam sendo as mais atingidas. São trabalhadoras domésticas, informais ou com instabilidade empregatícia ou ainda mulheres que compõem a força de trabalho da saúde, evidenciada, por exemplo, no quantitativo de profissionais de enfermagem (85% de mulheres,

destas, 67% são negras). São as pessoas mais vulneráveis não somente pela cor, mas pelo demarcador de gênero e por terem menor renda, que integram núcleos familiares com dificuldade de acesso a água, higiene de qualidade, álcool, máscaras e isolamento social.



Além disso, de acordo com o Mapa da Desigualdade (2021), cerca de 47% dos mortos por Covid, em setembro, foi de negras e negros. Este dado evidencia a desigualdade no número de mortes e a má distribuição de serviços de saúde e, por consequência, o difícil acesso às

doses das vacinas pela população negra.

Parte considerável dos serviços se encontram em áreas centrais e/ou urbanizadas das cidades. Somado a isso, sofremos com a limitação de gastos por 20 anos imposta pelo governo Temer (e asseverada no governo Bolsonaro) que retarda o fortalecimento do SUS. Essas problemáticas fazem com que a realidade seja ainda mais cruel nos interiores e periferias e que se potencialize diante de outras questões, como o racismo institucional no SUS, que dificulta a inserção de usuários negros no sistema – apesar de sabermos que a maior parte da população atendida é negra. Isso reforça a necessidade de aumentar o volume de investimentos em saúde pública para promoção da equidade no atendimento, conforme previsto em lei, e de levarmos em frente o embate para a consolidação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

A luta em defesa do SUS é, necessariamente, uma luta antirracista.

Dessa forma, a luta em defesa do SUS é, necessariamente, uma luta antirracista, que deve servir para reorientar a organização dos serviços, criando novos parâmetros para as linhas de cuidado e para a postura ético-político-profissional. Segundo, então, os diversos levantes negros ocorridos principalmente a partir do #blacklivesmatter, devemos enegrecer a pauta da saúde para consolidar uma atenção verda-

deiramente universal e integral, resolutiva frente às necessidades de toda a população.

Devemos seguir ao lado dos movimentos de juventude, mulheres, negros e negras, LGBTQIA+, fazendo com que o debate da saúde reverbera em outras frentes e se integre com as pautas ecológicas, econômicas, dentre outras, de forma transversal e facilitando a compreensão da totalidade desta realidade.

Assim, manter as denúncias e mobilizações contra Bolsonaro, que vem promovendo sistematicamente suas pautas genocidas e ecocidas, entrelaçando com as questões de saúde, subsistência, qualidade de vida e acesso a direitos, é ação indispensável. Devemos ter isso como prioridade na nossa agenda de lutas.

**Viva a luta do povo negro!
Viva o SUS!**



VIVI REIS É FISIOTERAPEUTA E DEPUTADA FEDERAL PELO PSOL PA.

A cultura negra é existência!

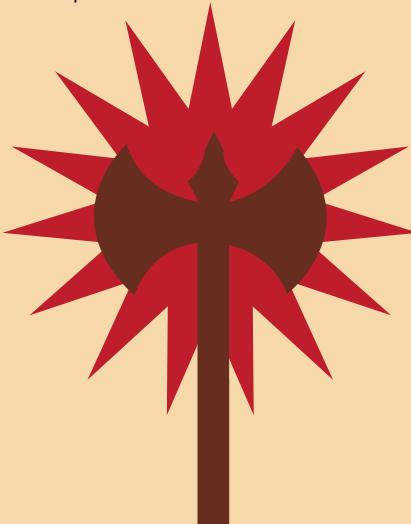
por Áurea Carolina

A cultura negra se manifesta pelo rompimento da lógica do colonizador. Comporta um traço subversivo que aponta outros mundos, outros modos de existir e elaborar coletivamente perspectivas e entendimentos sobre nós mesmas e nossas comunidades. É partindo da compreensão da cultura como condição de vida e sobrevivência que as características da ancestralidade africana foram se enraizando na formação do Brasil.

Diante de uma estrutura racista e conservadora indiferente à sua história, à sua importância civilizatória e ao seu potencial agregador, a cultura negra incide sobre as fissuras de um sistema opressor e faz germinar nas reentrâncias toda a sua capacidade transformadora.

Vivemos no Brasil a negação sistemática do Estado em reconhecer a potência da cultura negra e em lhe assegurar condições de realização no máximo da sua relevância. No atual momento de crise política, socioeconômica e sanitária, o racismo institucional e o genocídio da população negra se agudizam de maneira ainda mais avassaladora.

Mesmo que não nos restem dúvidas sobre o papel fundador da ancestralidade africana e da descendência negra diáspórica para a sociedade brasileira, a lógica dominante negligencia essa contribuição por meio da violência da invisibilidade, enquanto a arte e a cultura negras afirmam a existência de muitas de nós, expandindo o espectro da liberdade por reconhecimento, presença e outras realidades possíveis.



Vivemos no Brasil a negação sistemática do Estado em reconhecer a potência da cultura negra e em lhe assegurar condições de realização no máximo da sua relevância

Somente trazendo tais perspectivas para a pauta conseguiremos reduzir o abismo que há entre a prática e a teoria que sustentam a elaboração das políticas culturais no país e que ainda operam em um enquadramento elitista, branco e eurocêntrico. Nossos esforços no Parlamento se concentram na busca de alternativas que deem conta de compreender as especificidades da cultura negra e seu papel fundante, garantindo espaço aos realizadores culturais negros e negras e suas estratégias de desbloqueio do sistema que ainda é resistente às suas realizações.

Nesse sentido, acompanhamos iniciativas gestadas nas comunidades negras e periféricas de autoformação e autogestão, que compartilham conhecimento e capacitação com agentes culturais, possibilitando o acesso às políticas de cultura e aos mecanismos de fomento. Esses espaços autônomos de produção e intercâmbio de saberes funcionam para escancarar as portas resistentes do Estado racista para que mais pessoas ocupem espaços historicamente negados.

A urgência e o compromisso estão em promover o debate público sobre a contri-

buição da ancestralidade africana para a cultura brasileira, presente de forma inequívoca em diversas manifestações, como artes plásticas, língua, culinária, música, dança, teatro, audiovisual e literatura, para superar as tentativas de apagamento dessa presença ou a origem desses traços. Processos pedagógicos precisam ser fortalecidos e reelaborados como exercício político e institucional da concepção de ações legislativas e de políticas públicas, como força mobilizadora para hackear o sistema contra hegemonias e privilégios históricos nas políticas culturais.

O que queremos e temos buscado com insistência são marcos institucionais e políticos que deem conta de reformar esse cenário, tendo como premissa a democratização do fomento à cultura; o fim da criminalização das culturas negras e periféricas; a defesa da cultura quilombola e dos povos e comunidades tradicionais, bem como a manutenção de suas tradições e seus territórios; tendo a cultura como ponta de lança para o enfrentamento ao racismo e às desigualdades raciais no Brasil.



**ÁUREA CAROLINA É CIENTISTA
POLÍTICA E DEPUTADA FEDERAL
PELO PSOL MG.**

Nossos corpos resistem!

por David Miranda

Uma sociedade que discrimina pela cor da pele, pelo gênero, pela idade, pela crença, pela posição social, pela orientação sexual ou identidade de gênero nunca será uma sociedade igualitária, muito menos plural, diversa e democrática.

A violência motivada pela opressão por orientação sexual e identidade de gênero tem raízes históricas e se dá de forma combinada com o machismo e o racismo, sendo atravessada pelo recorte de classe. Tanto a população negra quanto a LGBTQIA+ sempre foram marginalizadas pela sociedade brasileira, e quando esses dois marcadores sociais incidem sobre a mesma pessoa, se potencializa o preconceito. As notificações de violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil registram que 50% são dirigidas à população negra.

A discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, no entanto, não se restringe à violência física, mas também legitima a superexploração da população negra e da população LGBTQIA+, deixando explícita a relação entre a opressão de gênero e a lógica da organização capitalista do trabalho.

No país que mais mata LGBTQIA+ e que se caracteriza pelo genocídio da população negra, em que o presidente não esconde seu racismo e sua legbfobia, não podemos deixar de refletir sobre esse tema. E a bancada do PSOL tem agido no sentido de propor projetos de lei e políticas públicas para combater a violência contra nossa população, como o meu PL 2653/2019, que é uma espécie de "Lei Maria da Penha para a população LGBTQIA+", garantindo medidas protetivas.

**A violência motivada
pela opressão por
orientação sexual e
identidade de gênero tem
raízes históricas e se dá
de forma combinada
com o machismo e o
racismo, sendo
atravessada pelo recorte
de classe.**



O PSOL é, desde sua fundação, um partido referência para a luta LGBTQIA+, tendo se destacado no cenário nacional.

O PSOL é, desde sua fundação, um partido referência para a luta LGBTQIA+, tendo se destacado no cenário nacional. Essa força também foi expressa nas urnas, com a eleição de diversos parlamentares LGBTQIA+, incluindo algumas e alguns entre mais votadas nos últimos pleitos.

Seguiremos na luta no Parlamento pela aprovação desses projetos. Seguiremos nas ruas, lutando pela construção de uma sociedade radicalmente diferente, em que a população negra e LGBTQIA+ não esteja na condição de uma subcidadania. É por isso que lutamos!



DAVID MIRANDA É JORNALISTA E DEPUTADO FEDERAL PELO PSOL RJ.

É do PSOL também o projeto de lei sobre o casamento civil e a união estável entre pessoas do mesmo sexo; o que legisla sobre o direito à identidade de gênero; o que revogou a portaria dando fim à proibição de doação de sangue por homossexuais; o que trata da coleta de dados e informações sobre a população LGBTQIA+ para a elaboração de políticas públicas; além de diversas propostas nos estados e municípios. Inclusive, é de Marielle Franco o projeto de lei que criaria o Dia da Visibilidade Lésbica no Rio de Janeiro, projeto que também apresentamos nacionalmente.

Educação para transgredir!

A educação escolar como direito social, forjado no século XIX em vários países, possibilitou à mesma um papel central nos processos de socialização, mas, principalmente, uma ferramenta estratégica para os e as que lutam. Não por acaso a educação para negros e negras, enquanto direito, demorou para se tornar realidade no Brasil.

Abdias Nascimento, em 1940, no 2º Congresso Afro-brasileiro, denuncia que os africanos escravizados estavam impedidos de aprender ler e escrever. Afinal, conhecimento gera poder, e tamanho era o risco de fortalecer sujeitos violentados na sua integridade, capazes de transformar revolta em luta. Isso se manteve no período republicano. Mesmo nas primeiras décadas do século XX, eram poucos os negros alfabetizados ocupando os bancos das escolas regulares. Isso certamente foi mudando a partir das lutas organizadas pelos coletivos e movimentos negros.

Olhar para as Leis de cotas das universidades federais (12.711/2012) e de concursos públicos (12.990/2014) ou mesmo para a Lei 10.639/2003 sobre o ensino de cultura e história afro-brasileira e africana na educação básica, nos ajuda a remontar uma história de luta coletiva, centralmente dos

movimentos negros, que conseguiram apenas no início do século XXI políticas públicas desta envergadura, como parte das ações educacionais para combatê-lo. Não se trata apenas de leis frias e distantes, mas do resultado de mais de 100 anos de lutas, denúncias, articulações para atingir conquistas, hoje duramente ameaçadas.

Os dados reforçam o tamanho da conquista. Em 2018, nós, negros e negras, compussemos 50,3% dos presentes no ensino superior em instituições públicas brasileiras. Foi a primeira vez que os pretos e pardos ultrapassaram a metade das matrículas. A política de cotas incentivou novos temas de pesquisa, o debate racial se faz presente em diversas áreas do conhecimento.

Ainda temos muitos obstáculos: a contrarreforma do ensino médio aprovada no governo Temer, a construção de itinerários e a dissolução de conteúdos e disciplinas, podem fragilizar a objetivação da Lei 10.639. A conclusão do ensino médio foi alcançada, em 2018, por 76% dos jovens brancos, entre 18 e 29 anos, e entre nós, negros, apenas 60%. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, compomos 71,7% dos jovens

Uma educação antirracista, realmente libertária que nos ensine a transgredir e a superar, só poderá ser anticapitalista, socialista e coletiva!

que abandonam a escola: necessidade de trabalho, desemprego da família ou por conta do racismo cotidiano na própria escola. E ao final do curso superior 35% dos negros trabalham em cargos que dispensam diploma, entre os brancos, cai para 28,5%**.

São gigantes os desafios de uma educação antirracista. Isso passa por barrar a austeridade, por real investimento, bolsas estudantis, garantias de permanência, mas também por rever os conteúdos, recontar a história a partir daqueles e daquelas que construíram este país. Nos perceber nos livros e como parte da ciência.

Certamente só faremos com muita luta. A mesma luta que nos trouxe até aqui. Como Angela Davis e Lélia Gonzales já apontaram, a educação foi ferramenta tática de luta coletiva, para potencializá-la para negros e mulheres negras, ao subverter a casa grande, ao ocupar os bancos das escolas públicas e as cátedras da universidade. Temos muito a fazer a partir das lutas dos que vieram antes de nós. Uma educação antirracista, realmente libertária que nos ensine a transgredir e a superar, só poderá ser anticapitalista, socialista e coletiva!

** O levantamento foi feito com base em dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)



Antirracismo em movimento: onde as lutas negras e indígenas se encontram

O Brasil é um território com histórias de lutas de resistência, de disputas dos espaços e dos nossos corpos. A colonização que tentou apagar os povos indígenas do país, o processo de escravidão e seus desdobramentos apontam as batalhas que ainda precisamos travar. Foram pelo menos 3 séculos de escravidão; a resistência indígena à colonização ultrapassa 5 séculos. Uma luta ancestral que se encontra em um ponto comum: a luta antirracista.

No Brasil, as populações negra e indígena foram fortemente violentada e desumanizada. Os negros e negras escravizados passaram por processos de violência física, cultural, econômica, social, que deixaram muitas marcas. E num outro ponto, quase que de invisibilidade, estavam os povos indígenas, que tiveram suas identidades e terras roubadas, passaram séculos sem serem reconhecidos como se fossem figuras dizimadas e sequer aparecem descritos na primeira Constituição do Brasil.

É sabido que os processos que marginalizaram a negritude e indígenas foram estruturantes pra construção do país que temos hoje. 133 anos após a assinatura da abolição da escravidão e 33 da Constituição Federal, vemos que as vidas de negros e negras e indígenas seguem em dois extremos: exploradas ou esquecidas.

A população negra é a que ocupa os subempregos ou que está desempregada, somos mulheres negras que mais morrem por aborto clandestino e as maiores vítimas de violência doméstica. São os jovens negros as vítimas da violência policial e os que estão em maioria encarcerados. É a população indígena que mais morre pelos conflitos agrários, atacadas pelo garimpo, fazendeiros, grileiros, madeireiros, que avançam sobre os territórios e perseguem lideranças.

O outro extremo é o do esquecimento ou do apagamento. A população indígena trava uma batalha grande contra o Marco Temporal. Um projeto de lei que quer insti-

tuir que só é terra indígena espaços que já estavam ocupados antes de 1988. Tal PL fere a história dos povos indígenas do Brasil, visto que o reconhecimento tardio é fruto da colonização violenta que por muitos séculos apagou a sua existência.

A unidade ancestral de indígenas e negros e negras é uma potência que deve ser cada vez mais impulsionada.

O racismo é a estrutura que dá condições para que todas essas violências sejam executadas. Ainda temos um caminho longo pela frente na luta pelos direitos dos povos indígenas e de negros e negras. O antirracismo em movimento pode construir esta ferramenta comum nas lutas indígenas e negras.

No Brasil de Bolsonaro, temos as mazelas que cercam nossos corpos mais aprofundadas. O aumento da violência contra negros, a fome, o desemprego, o desmatamento, a morte de lideranças em defesa do meio ambiente. Bolsonaro expressa o que há de pior com sua política genocida e ecocida. Mas temos muita resistência de nosso lado.

Os povos indígenas do Brasil construíram grandes mobilizações nos últimos meses. O acampamento Terra Livre, Acampamento Luta Pela Vida, II Marcha de Mulheres Indígenas e o 1º Fórum de Ensino Superior

de Estudantes Indígenas e Quilombolas são espaços fundamentais de conexão e fortalecimento. Chegamos em novembro e amplificamos nossas vozes no chamado da luta antirracista.

A unidade ancestral de indígenas e negros e negras é uma potência que deve ser cada vez mais impulsionada. Construir e travar batalhas contra o governo Bolsonaro, pela demarcação das terras indígenas, contra o genocídio da população negra, com a perspectiva da luta antirracista é o caminho a seguir para balançar as estruturas da branquitude. Com a força dos ancestrais e com as bênçãos dos mais velhos podemos mudar a lógica de sociedade racista e avançar com o antirracismo em movimento.



Sempre foi Exu: espiritualidade negra e luta por democracia no Brasil

**“Meu senhor não
maltrate esse velho, esse
foi quem me curou
Esse velho da calça
listrada, da blusa
rasgada, esse velho é
doutor”**

Ponto de Preto Velho.

Falar da resistência ancestral é falar de luta de classes. Luta esta marcada pela cor da pele que determina seu lugar social. Assim foi há mais de 500 anos no que chamamos Brasil, assim é no Brasil do século XXI. Pois os quase quatro séculos de escravidão não foram feitos sem lutas contra os senhores, sem conspiração contra o sistema. Sabemos hoje que a Lei Áurea não foi benesse da princesa Isabel, mas acúmulo de muita luta, fogo no engenho e no carnaval que amedrontava a classe senhorial daquela época.

A cerimônia Vodu que desembocou a Revolução Haitiana já havia ocorrido, e o Brasil era o único país no mundo que ainda vivia sob o regime escravocrata. Atravessamos os séculos escravizados acumulando lutas, e a abolição foi a maior delas. Porém, ainda há muito o que concluir sobre abolição. Seguimos falando de racismo estrutural porque a abolição foi inconclusa, falseada e precisa ser amplamente discutida. Com racismo a democracia é falsa.

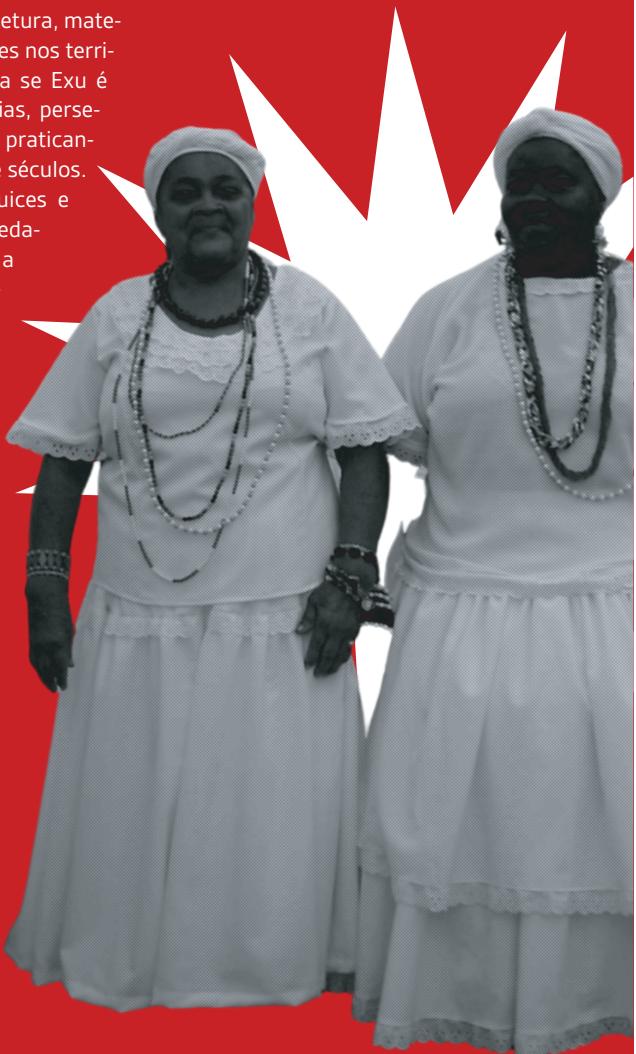
Sabemos que enfrentando o racismo estamos lutando por toda sociedade, e a luta descolonial é uma luta anti-imperialista. Ela segue atual, pois não existe saída para o Brasil se não for enfrentando o racismo estrutural. Ainda precisamos abolir do imaginário brasileiro eurocentrado a imagem satanizada das práticas espirituais afro religiosas. Precisamos lutar juntos contra o racismo religioso.

O racismo epistêmico ao descredenciar, infantilizar e desqualificar tais visões de

mundo, deslegitima, desqualifica e desconsidera que a história do negro no Brasil não começou na escravidão. Que havia filosofia, ciência, política, arquitetura, matemática, medicina e outras mais construções nos territórios africanos; então, pouco se importa se Exu é demonizado e isso é motivo para violências, perseguições e mortes sistemáticas a terreiros e praticantes de religiões de matriz africana durante séculos. O nosso axé, a nossa fé e voduns, inquices e Orixás irão conosco rumo a essa nova sociedade. Sem eles, não iremos porque somos a utopia dos que viveram antes e acreditamos que eles nos guiam, nos abençoam e nos protegem.

Atravessamos o Atlântico nas piores condições humanas. Somos herdeiros dessa sobrevivência e reexistência. Carregamos conosco um legado de luta que não foi esquecido também graças às Yalorixás e Babalorixás, Tatas e outras figuras que podemos chamar de autoridades religiosas.

As religiões de matriz africana no Brasil trazem para o negro e para a negra o retorno à sua casa, à sua família, à sua cultura, que lhe foram arrancados de forma violenta. Quantas benzedeiras não curaram feridas do tronco com folhas, ervas e orações? Nossa cosmogonia é muito mais que religião. É sobre nós, a espiritualidade que nos fortalece e demonstra que a fé é calço para seguir na luta.



Mulheres negras mudam a sociedade!

por

Áurea Carolina

Talíria Petrone

Vivi Reis

"Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo."

Essa ideia, que ganha o mundo ao destacar a importância da luta das mulheres negras, nos foi apresentada pela filósofa e militante comunista estadunidense Angela Davis, em 2017, quando participou de uma série de atividades na Bahia.

Na ocasião, Davis foi ovacionada ao dizer que o movimento de mulheres negras é o movimento organizado mais importante do Brasil. Lembrou do legado da antropóloga Lélia Gonzalez, pioneira nas conexões entre raça, classe e gênero. "Ela já falava sobre os elos entre negros e indígenas na luta por direitos. Essa é uma das lições que os EUA podem aprender com o feminismo negro daqui".

Resgatar as falas de Davis é fundamental quando o desafio é pensar alternativas que deem conta de enfrentar as estruturas racista, sexista e classista que são as bases da sociedade capitalista atual. Resgatar Gonzalez, assim como Sueli Carneiro, Luiza Bairros e Jurema Werneck, é também essencial para compreender o tamanho da tarefa que temos como mandatas pretas, feministas e populares.

Vivemos um dos momentos mais críticos da história democrática. Enfrentamos um

governo e tudo de ruim que ele representa, que chancela a violência, fomenta e dissemina desinformação, dá carta branca para o racismo, o sexism e a LGBTfobia, tem saudades da ditadura e exalta a tortura. Um governo que tem entre suas prioridades atacar os povos indígenas e quilombolas; é inimigo número um do meio ambiente; negligenciou a maior crise sanitária já vivida por nossa geração e colocou o Brasil novamente no mapa da fome e da miséria. E diante de todo esse cenário de barbárie, quem mais sofre são as mulheres e as populações negras e periféricas.

Pensar saídas capazes de derrotar Bolsonaro e sua base de sustentação passa, necessariamente, por compreender onde se localizam as opressões de raça, gênero e classe. É fundamental entender por que a população negra é a mais atingida por uma pandemia que vitimou mais de 600 mil; por que as mulheres negras estão no topo dos tristes números do desemprego e da insegurança alimentar; por que são as mais prejudicadas com a política de austeridade de Bolsonaro e Guedes.

A bancada do PSOL, formada por maioria de mulheres, tem se posicionado com coerência diante de todas as pautas anti-povo de Bolsonaro, que visam retirar o pouco de direitos que ainda restam no país. Um grupo conectado com as demandas dos de baixo e dos movimentos sociais e que segue com o compromisso de impedir a continuidade da barbárie em curso. Nesse sentido, entendemos que essa mesma bancada, com as nossas mandatas

pretas e feministas, têm conseguido expressar o sentimento dos que mais sofrem com essa política: as mulheres, a população negra, os povos indígenas e tradicionais e as juventudes. Porque pensamos e atuamos com um olhar interseccional.



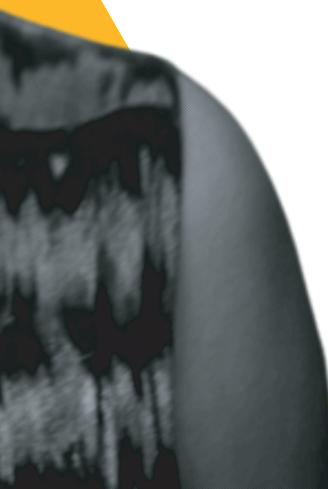
Retomando Angela Davis, afirmamos: não haverá superação desse modelo sem a luta e a organização das mulheres negras. Sem as que lutam diariamente para colocar comida na mesa de seus filhos; brigam por uma vaga no SUS; enfrentam as dificuldades nas escolas públicas; sofrem com o desemprego; e muitas vezes morrem vítimas do feminicídio ou são largadas à própria sorte pela violência obstétrica. Mas também mulheres negras que estão no cotidiano da luta e da política e, junto com elas, movimentam a estrutura da sociedade.

Nada mais sem nós!



MARIELLE FRANCO PRESENTE!

Marielle Franco carregava em seu próprio corpo todas as bandeiras da sua luta. Mulher, negra, favelada, mãe e lésbica. Apostou alto nas instituições e nas ruas, e sua simples existência nesses espaços - tradicionalmente ocupados por homens brancos ricos -, por si só transgredia. E não obstante que essa seja ainda uma exposição muito necessária, acaba por vulnerabilizar, num looping hostil, ainda mais os corpos de mulheres negras de luta.

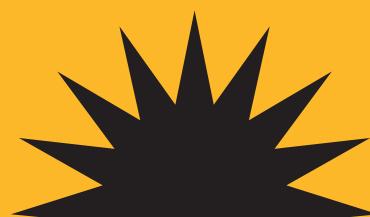




Resistir para Existir



**Iniciativas do PSOL
na Câmara para
combater o racismo**



Propostas Legislativas



PL 2827/03

Institui a obrigatoriedade de incluir o quesito cor/raça nas fichas de matrícula e nos dados cadastrais das instituições de educação básica e superior, públicas ou privadas, em suas diversas modalidades de ensino.



PL 12188/19

Inscribe o nome de Marielle Franco no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.



PL 5885/19

Conceitua racismo institucional e propõe medidas para seu enfrentamento, como a formação de trabalhadores da segurança pública e privada na questão dos vieses raciais.



PL 5923/19

Dispõe sobre a proibição de homenagens por meio da utilização de expressão, figura, desenho ou qualquer outro sinal relacionados à escravidão e/ou a pessoas notoriamente participantes do movimento eugenista brasileiro por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público ou privado.



PL 6066/19

Modifica a Lei 13.460, de 26 de junho de 2017, para estabelecer o direito dos usuários de serviços públicos à informação no que diz respeito aos serviços públicos de denúncia de racismo, injúria racial e outras violações de direitos humanos.



PL 1000/20

Cria o Plano Emergencial para Enfrentamento ao Covid-19 nas favelas e periferias, e assegura a garantia ao acesso à água e distribuição de kits com insumos básicos necessários à manutenção das condições de higiene e de saúde para prevenção do contágio e da disseminação do coronavírus (Covid-19).



PL 2477/20

Acrescenta o parágrafo 12 ao Art. 3º da Lei nº 13.979 para determinar que serviços domésticos não serão incluídos no rol de serviços essenciais, assegurar direitos trabalhistas e incluir cuidadores de idosos e de pessoas com deficiência entre os profissionais de saúde.



PL 2819/20

Dispõe sobre medidas de garantia da equidade na atenção integral à saúde da população negra em casos de epidemias ou pandemias, surtos provocados por doenças contagiosas ou durante a decretação de Estado de Calamidade Pública.



PL 31521/20

Altera a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar que o Ministério da Saúde inclua nos dados públicos informações relativas a cor e a raça das pessoas suspeitas de contaminação, contaminadas, hospitalizadas e falecidas em decorrência da Covid-19.



PL 32189/20

Acrescenta artigo à Lei nº 12.711, de 2012, para dispor sobre reserva de vagas para candidatos negros, indígenas, quilombolas e com deficiência nos programas de pós-graduação das instituições federais de ensino superior.



PL 5515/20

Institui o Dia Nacional da Luta Contra o Racismo no Futebol.

A bancada do PSOL também realiza uma série de audiências públicas e seminários, apresenta requerimentos de informação, ADPFs e mais!

Projeto Café com Lutas

Em julho de 2021, foi realizado o debate **Lutas Negras pela Democracia**. O encontro contou com parlamentares do PSOL, ativistas e organizações do movimento negro e tirou encaminhamentos importantes, como apresentação de projetos no Parlamento e promoção de políticas que promovam o fomento cultural, política de cotas, igualdade racial e contra a discriminação, racismo estrutural, violência policial.



PL 5296/20

Dispõe sobre a proibição de homenagens a proprietários de escravos, traficantes de escravos, pensadores que defenderam e legitimaram a escravidão em monumentos públicos, estátuas, totens, praças e bustos ou qualquer outro tipo de monumento.



PRC 77/20

Altera o Capítulo II-C do Título II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, para dispor sobre a Secretaria da Igualdade Étnico-Racial e dá outras providências.

+ 224
milhões

**em emendas
destinadas
à negritude e
ao combate
ao racismo**

entre 2019 e 2022

**Centro Afrocarioca de
Cinema Zózimo Bulbul**

R\$ 600 MIL (2020 E 2021)

Dep. David Miranda (PSOL RJ)

**Fórum Nacional de
Segurança Alimentar e
Nutricional dos Povos
Tradicionais de Matriz
Africana**

R\$ 1 MILHÃO (2020 E 2021)

Dep. David Miranda (PSOL RJ)

Projeto GIMGA

R\$ 300 MIL (2022)

Dep. David Miranda (PSOL RJ)

**Projeto de apoio ao
acesso e permanência
de jovens mulheres e
de jovens quilombolas
na educação
profissional e
tecnológica no IFPA
Campus Castanhal**

R\$ 300 MIL (2022)

Dep. Vivi Reis (PSOL PA)

**Projeto de
estruturação das
Coordenadorias de
Mulheres, Etnorracial
e LGBTQIA+ no
município de Belém**

R\$ 150 MIL (2022)

Dep. Vivi Reis (PSOL PA)

**Projeto Fazedores de
Cultura - Unifesspa**

R\$ 100 MIL (2022)

Dep. Vivi Reis (PSOL PA)

Emenda da Saúde para Casa Especializada da população de rua e refugiados

R\$ 89 MIL (2022)
Dep. Vivi Reis (PSOL PA)

Projetos de Extensão UFPA (Negritude)

R\$ 1.700.000 MILHÃO (2021 E 2022)
Dep. Vivi Reis (PSOL PA)

Projeto Educação Escolar e Ações de Saúde em Comunidades Quilombolas do Pará - UEPA

R\$ 300 MIL (2022)
Dep. Vivi Reis (PSOL PA)

Sagrado das Religiões de Matriz Africana

R\$ 200 MIL (2020)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Farmácia universitária para anemia falciforme UFRJ Macaé

R\$ 350 MIL (2020)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Jongo do Sudeste

R\$ 150 MIL (2020)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Pretas Prósperas

R\$ 250 MIL (2020)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Saúde coletiva e povos tradicionais de matriz africana para a promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional

R\$ 500 MIL (2021)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Trabalho, renda e enfrentamento à pandemia: a inovação social das mulheres negras da Zona Oeste do Rio - Projeto de Extensão

R\$ 250 MIL (2021)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Laboratório Permanente Afrofuturista

R\$ 110 MIL (2020)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Museu dos Pretos Novos

R\$ 400 MIL (2021 E 2022)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Melhoria da atenção à saúde das pessoas com doença falciforme e outra hemoglobinopatias

R\$ 600 MIL (2021)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Audiovisual no DEGASE feminino

R\$ 150 MIL (2020)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)





**Creche infantil na
comunidade da Vila
Ipiranga/ Niterói**

R\$ 200 MIL (2020)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

**Só Cria - Rede de
Educação Popular**

R\$ 200 MIL (2021)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

**Fortalecimento dos
coletivos de trabalho
em assentamentos da
reforma agrária do RJ**

R\$ 300 MIL (2021)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

**MNU - Psicointegra
Favela**

R\$ 500 MIL (2021 E 2022)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

**Horto Comunitário no
Morro da Chácara e do
Arroz**

R\$ 200 MIL (2022)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

**Pré Vestibular
comunitário do
Quilombo do Grotão**

R\$ 300 MIL (2022)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

**Comunidade Cultural
Quilombaque**

R\$ 400 MIL (2021 E 2022)
Dep. Sâmia Bomfim (PSOL SP)

**Ilú Obá De Min -
Educação, Cultura e
Arte Negra**

R\$ 150 MIL (2021)
Dep. Sâmia Bomfim (PSOL SP)

**Centro de Referência
de Promoção da
Igualdade Racial**

R\$ 500 MIL (2022)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Rede Afroambiental

R\$ 200 MIL (2022)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

**Associação Cultural
Companhia de Aruanda**

R\$ 300 MIL (2022)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

**Núcleo de Estudos
Afro-Brasileiros
(NEAB/UNIFESP)**

R\$ 300 MIL (2020)
Dep. Sâmia Bomfim (PSOL SP)

**Núcleo De Estudos
Afro-Brasileiros E
Indígena (Neabi
Pontal/Ufu)**

R\$ 155.247 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

**UNIFEI - Universidade
Federal de Itajubá -
Instituto de Ciências
Puras e Aplicadas**

R\$ 100 MIL (2019)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

R\$ 370 MIL (2019 E 2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

R\$ 250 MIL (2019)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Associação Cultural Cenico Paternon

R\$ 150 MIL (2019)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

IPHAN - Minas Gerais

R\$ 146.333 MIL (2019)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira

R\$ 115 MIL (2019)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Ocupação Psi: Por Uma Clínica Antirracista Afro-Brasileira

R\$ 200 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

IEPHA-MG

R\$ 473.331 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Universidade Federal de Itajubá

R\$ 300 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

R\$ 299.200 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Associação De Resistência Cultural Da Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango - MANZO

R\$ 357.551 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Movimento Unificado Negro De Divinópolis

R\$ 110 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Associação de Ciências e Saberes para o Etnodesenvolvimento - Ayó

R\$ 400 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de MG

R\$ 300 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - MG

R\$ 103.666 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)



UFMG

R\$ 380 MIL (2020 E 2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Casa de Cultura Afro Gerais

R\$ 128 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

**Irmandade dos Quilombolas
Afrodescendentes do Quilombo Santa Cruz - Aquiloafros**

R\$ 200 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Associação Rural de Assistência a Infância

R\$ 204.170 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Instituto Macunaíma de Cultura - Escola de Cidadania

R\$ 307.097 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

PBH

R\$ 200 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Associação dos Amigos das Bibliotecas Comunitárias

R\$ 250 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Associação da Resistência Cultural Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente

R\$ 250 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Grupo Cultural Jongo da Serrinha

R\$ 400 MIL (2021)
Dep. Glauber Braga (PSOL RJ)

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

R\$ 210.080 MIL (2021)
Dep. Glauber Braga (PSOL RJ)

Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN

R\$ 250 MIL (2021)
Dep. Glauber Braga (PSOL RJ)

Projeto Promoção dos Direitos Humanos

R\$ 850 MIL (2021)
Dep. Glauber Braga (PSOL RJ)

Federação das Associações de Favelas, Comunidades e Amigos do Estado do Rio de Janeiro - FAFCAERJ

R\$ 400 MIL (2021)
Dep. Glauber Braga (PSOL RJ)



Reforma e manutenção do Parque Social Rubem Cione - Ribeirão Preto

R\$ 1 MILHÃO (2022)
Dep. Ivan Valente (PSOL SP)

Censo da Juventude, Gênero, Raça e LGBTQIA+ em Diadema/SP

R\$ 250 MIL (2022)
Dep. Ivan Valente (PSOL SP)

Investimento no SUS, tendo a juventude como protagonista, com foco na saúde da mulher, da população LGBT e da população negra.

R\$ 200 MIL (2021)
Dep. Ivan Valente (PSOL SP)

Valorização da cultura negra na periferia de São Paulo

R\$ 250 MIL (2020)
Dep. Ivan Valente (PSOL SP)

Casa da Cultura Hip Hop de Esteio e IFSul Sapucaia do Sul

R\$ 345.600 MIL (2021)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

Teatro Popular Terreira da Tribo

R\$ 1.500.000 MILHÃO (2021)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

Núcleo de Gerência de Equidade e Inclusão da Saúde da População Negra

R\$ 440 MIL (2021)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

Projeto Periferia Brasileira de Letras

R\$ 200 MIL (2020)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

Projeto Embolamento Cultural Pela Juventude Viva!

R\$ 200 MIL (2020)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

IFFar livre de preconceito.

R\$ 250 MIL (2020)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância da Polícia Civil do RS

R\$ 500 MIL (2020)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)







psol
na
câmara

Liderança do PSOL na Câmara dos Deputados
Anexo II, Piso Superior, Ala C, Sala 116

psolnacamara.org.br

[@psolnacamara](https://twitter.com/psolnacamara)